

A silenciosa construção de uma guerra:

uma França Antártica indígena¹

The silent construction of a War: the
indigenous french antarctic.

AGNES ALENCAR

Historiadora e Mestre em História Social da Cultura pela
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
agnesalencar@gmail.com

RESUMO: Em 1555, Nicolas D. Villegagnon chegou à América lusa trazendo consigo uma esquadra com o objetivo de sedimentar sua ocupação no continente. Sua estadia na Guanabara foi viabilizada pelas alianças travadas com grupos indígenas tupinambás conhecidos e apresentados como tamoios em vários corpos documentais. Os portugueses, por sua vez, encontravam-se ainda muito concentrados ao litoral norte e nordeste do continente, na Bahia, e ao longo de toda costa fizeram amizades com os grupos indígenas tupis, inimigos dos tupinambás. Assim, delineia-se o conflito que tomou conta da costa do Rio de Janeiro a partir de 1560, quando Mem de Sá é enviado para expulsar os franceses e dar conta dos indígenas que, ao aliar-se aos francos, frustravam espiritualmente e de maneira prática os planos catequéticos da Companhia de Jesus. Este artigo tem como proposta analisar a guerra tamoios a partir do cruzamento entre os relatos produzidos nos séculos XIX e XX e a documentação quinhentista.

PALAVRAS CHAVES: Tamoios; França Antártica; Alteridade; Guerra Indígena.

ABSTRACT: When in 1555 the French captain Nicolas D. Villegagnon arrived to the Portuguese part of America, he had the clear intention to establish a fortress and to occupy the territory. His actions at the Guanabara — also known as Rio de Janeiro — were feasible thanks to the alliances made between Indians, known as the tupinambás and tamoios, and the French people. The Portuguese at that moment were concentrated in the northeast of the continent, in Bahia, and they had also made alliances with other Indian groups throughout the coast, which groups were enemies of the tupinambás. This is how the conflict known as Tamoios War begins. In 1560, Mem de Sá was sent by the Portuguese Crown to expel the French people and to take actions regarding the Indians that were allied with them, and by doing that the tamoios frustrated at once the catechetical plans of the Jesuits and jeopardizing the success of the mission. This article analyses the Tamoios War by comparing and crossing different sources, the memory built in Brazil during the XIX and the XX centuries, and also the documentation produced during the XVI century.

KEYWORDS: Tamoios; French Antartic; Otherness; Indians War.

*Anything can be reduced to silence
And anything can be made to speak².
(Bruno Latour, Irreductions)*

Este trabalho começou com um silêncio, assim como muitos outros trabalhos anteriores a este que escolheram investigar a experiência americana do quinhentos. Toda narrativa comporta um grau de silêncio. Há que, ao investigar, buscar reconhecer as lacunas e limitações de cada relato, cruzá-los, buscando tecer uma nova trajetória que dê conta de outras vozes — que sempre estiveram ali, mesmo que ignoradas. É necessário perceber, também, o silêncio como aliado. Levando em consideração a intencionalidade daquilo que não é dito e as implicações políticas e históricas dessas lacunas. Tenho em mente, como premissa, a afirmação otimista de Bruno Latour, ainda que todas as coisas possam ser silenciadas, não há nenhuma delas que não possamos fazer falar.

I

Ouve-se primeiro apenas o mar, suas ondas que batem contra as rochas e as brumas espumam em areia. Quase repentinamente, o silêncio é preenchido por grunhidos, poucos no princípio, mas transformam-se em berros cada vez mais altos à medida em que mais e mais vozes se unem em urros que anunciam o combate prestes a começar.

São os tupinambás avistando inimigos. Começam, então, as cornetas, e o som mais e mais ensurdecador dita o ritmo dos gestos que virão a seguir. Os braços se levantam para mostrar ossos e dentes que enfeitam os corpos desses guerreiros indígenas — são os inimigos mortos e devorados sacrificialmente em outras batalhas. A coreografia faz parte do assombroso preâmbulo de combate, introduz o que se seguirá: primeiro, a saraivada de flechas que atravessa a praia em busca do inimigo, depois, os homens que se encontram em combate corpo a corpo e já não hesitam, não cessam, não retornam. Iniciada a peleja, espera-se a vitória, e não há trégua. Assistimos a esta luta através dos olhos assustados de um calvinista francês. Jean de Léry conta que, diante de tão espantoso espetáculo, sua curiosidade venceu o medo e ele ficou para ver a batalha.

A Guerra dos Tamoios teve diferentes tipos de narradores e os primeiros relatos estão nas missivas de padres, colonos e também na literatura

de viagem daqueles que viram o primeiro delinear dos conflitos. Introduzo o conflito a partir de um relato de Jean de Léry que se encontra em seu *Histoire de un Voyage faict au Brésil*³, relato que não diz respeito aos episódios da Guanabara envolvendo franceses e lusos identificados como a Guerra dos Tamoios, mas que, tratando de um momento anterior, apresenta a prática guerreira dos indígenas aliados ao grupo de franceses que se instalara no Rio de Janeiro, em meados da década de 50 do século XVI.

Esta minha escolha de começar com o relato de Jean de Léry está relacionada ao evento conhecido como Guerra dos Tamoios pelas características de luta tupinambá, mas também ao tipo de tratamento que desejo dar ao indígena neste artigo, colocando-me em diálogo com trabalhos que buscam conceder ao indígena a fala que sempre tiveram, mas que nem sempre se registrou. Léry viveu um tempo entre esses indígenas tupinambás, seus amigos. Viu seus rituais, os de guerra, os antropofágicos, os religiosos. Também por isso o escolhi como relato primeiro deste artigo, por sua proximidade com o elemento indígena americano, proximidade essa que também desejo alcançar na escrita deste trabalho, permitindo compreender as lógicas internas ao grupo indígena, suas agendas e interesses acionados no trato com a alteridade americana — fosse ela amistosa, ou não.

Os franceses chegaram à Guanabara em 1555, mas Jean de Léry não estava ainda entre eles. Quem veio na primeira comitiva de Villegagnon foi André Thevet, um cosmógrafo católico. A expedição se instalou em uma pequena ilha e o pedaço de terra foi fortificado com a ajuda dos indígenas aliados aos franceses. Tarefa difícil é a de precisar o momento em que essas alianças se formaram, pois as fontes francesas do período contam com informações escassas sobre isso e tratam estas alianças como fato consumado e antigo. Apesar disso, Thevet demonstra que os grupos indígenas aliados aos franceses não estavam restritos apenas ao espaço da Guanabara: em momento prévio da viagem eles encontraram-se em Cabo Frio⁴ com outros indígenas aliados, que insistiram para tê-los em seu meio, e se entristeceram com a partida das naus para o Rio de Janeiro.

A costa da América lusa estava toda ocupada por indígenas tupis de grupos diferentes que são nomeados de maneira distinta pela documentação europeia. A documentação sugere que, se não todos, a maioria fazia parte de um mesmo tronco linguístico. A primeira ilusão a ser desfeita é que essa articulação linguística corresponde a sociedades iguais, ou mesmo a sociedades amigas: há inimizades entre esses grupos cujo início dificilmente pode ser precisado. Deter-me-ei na caracterização dos dois grupos que atuam como

agentes sociais nesta investigação — tamoios e tupiniquins — e que se combatiam mesmo antes da chegada de europeus, sendo importante ressaltar que essas inimizades se expandiam para além dos dois grupos. Os tamoios não eram inimigos exclusivamente dos tupiniquins, as hostilidades englobavam também os temiminós, por exemplo, que, de acordo com a documentação, teriam sido expulsos da região da Guanabara pelos tamoios em um momento anterior à chegada dos europeus⁵.

Para pensar sobre esses tupinambás da costa, trago algumas das informações que Carlos Fausto apresenta num de seus artigos:

As aldeias tupinambá, compostas por um número variável de malocas — em geral, de quatro a oito — dispostas em torno de um pátio central, possuíam, segundo os relatos da época, uma população de quinhentos até 2 ou 3 mil índios. A distância entre os diversos grupos locais não era uma constante, mas função das condições ecológicas e políticas de cada região. Várias aldeias, possivelmente ligadas por laços de consanguinidade e aliança, mantinham relações pacíficas entre si, participando de rituais comuns, reunindo-se para expedições guerreiras de grande porte, auxiliando-se na defesa do território. Esse conjunto informe de grupos locais circunvizinhos, porém, não estava sujeito a uma autoridade comum, nem possuía fronteiras rígidas: era fruto de um processo histórico em andamento, onde se definiam e se redefiniam constantemente as alianças⁶.

Importante considerar essa fluidez como um elemento do processo histórico que se desenrolou na Guanabara, pontuar que estes indivíduos não estão descolados do tempo ou presos a uma circularidade infinita. São seres históricos, com conflitos que são igualmente historicizáveis e que precisam ser analisados desta maneira.

Como já descrito, os tamoios travaram relações de amizade com os primeiros franceses conforme os europeus começavam a se aproximar do território. A documentação quinhentista não nos permite perceber — até este momento — as circunstâncias do contato primeiro, ainda assim, ele é uma das mais importantes bases da ocupação francesa quando, em 1555, a esquadra de Villegagnon chega ao continente americano com a intenção clara de acomodação no território. Importante, sobretudo, por garantir algum tipo de respaldo para esse grupo estrangeiro que desconhecia o local no qual agora começava a se sedimentar. Os franceses dependeram desta alian-

ça em muitos momentos ao longo de sua ocupação. Os indígenas sabiam, por exemplo, onde encontrar água potável e alimentos, ofereceram sua força para construir o Forte Coligny e também lutavam juntamente aos franceses caso a necessidade se apresentasse.

Os tamoios são um grupo indígena guerreiro, antropófago, dentro do qual a guerra assume tessituras sociais axiais⁷. Importante fazer esta ressalva aqui, em diálogo sobretudo com o trabalho do sociólogo Florestan Fernandes que é um interlocutor importante ao longo deste artigo graças a sua exaustiva investigação sobre os sentidos múltiplos que a guerra assume para os povos tupinambás.

Os portugueses, por outro lado, se aliaram a outros grupos indígenas tupi, inimigos dos tamoios, entre eles, os tupiniquins. Há que se deixar claro que os dois grupos — ainda que inimigos — se aproximam de maneira importante não apenas por fazerem parte do mesmo tronco linguístico, mas por possuírem concepções similares de guerra: para tamoios e tupiniquins esta belicosidade faz parte de uma das maneiras possíveis de relacionar-se com a alteridade — indígena e europeia.

Quando falamos em guerra indígena há que se fazer com algum cuidado e delicadeza — e ao dizer isso tomo emprestada a ressalva feita por Carlos Fausto por considerá-la pertinente (FAUSTO, 2001), como estamos diante de realidades muito distantes da nossa, aproximar-se dessas configurações requer sempre cautela para não adicionar ainda mais equívocos e preconceitos em áreas que já são demasiadamente obscuras.

Um primeiro aspecto a sublinhar é que esta característica guerreira é uma das múltiplas maneiras que estes indígenas encontram para se relacionar. Esta referência nos ajuda a evitar cair em imagens incompletas, tais como a de que estes indígenas seriam essencialmente violentos, constantemente cruéis e bárbaros — imagem comum nos relatos do século XVI. Outro importante aspecto que desejo perseguir neste trabalho é o de que estas guerras são históricas e, portanto, é preciso analisá-las dentro de suas configurações historicizáveis⁸. Parto, portanto, de uma premissa, a de que a guerra indígena é um elemento transformador da prática lusa no território americano.

A documentação quinhentista fala de guerra indiscriminadamente, mas não podemos ser ingênuos e devemos ter em conta que indígenas e europeus acionavam conteúdos diferentes quando lidavam com esta temática. Esta maneira distinta de lidar com essa temática também gerou ações políticas e guerreiras por parte dos dois lados — portugueses e tamoios. Mais do

que isso, há que se levar em consideração a pluralidade desta guerra indígena em termos históricos e sociais.

Quando falamos em guerra indígena na América do Sul tropical, devemos considerar sua variabilidade no tempo e no espaço. Atentar para o contexto e a época em que foi observada e relatada, bem como para a natureza e qualidade das fontes. Isso significa, entre outras coisas, manter presente o fato de que a guerra indígena tal qual a conhecemos historicamente está imersa em um processo de conquista e colonização de proporções monumentais (...)⁹.

Anuncio a pluralidade para não incorrer no erro de ignorar essa faceta, porém não cabe a este trabalho investigar essa faceta da guerra indígena. Ciente dessa multiplicidade, há também que sublinhar algumas dificuldades ao se aproximar deste tema, uma vez que estamos diante de um momento histórico envolvido por silêncios diversos. Há o silêncio da historiografia que pouco se ocupou de estudar este momento histórico. Há o silêncio da documentação, pois as narrativas da guerra são escassas, esparsas, e por vezes inconsistentes. E há o silêncio da memória comum sobre o conflito que o alocou de maneira rígida como sendo uma confederação indígena contra o ladrão europeu português. Desconstruir essa memória é um dos objetivos deste artigo, para tal é preciso que eu me debruce sobre ela, o que farei em seguida.

II

As alianças entre ameríndios e europeus eram necessárias para a permanência dos últimos no continente e pautaram grande parte dos conflitos nos primeiros tempos coloniais, sobretudo nos séculos XVI e XVII. Essas relações de amizade e as alianças eram interessantes para os indígenas também, e costumeiras segundo o modo de proceder guerreiro dos tupinambás, podendo se expandir ou se retrair de acordo com o uso e a intenção que os indígenas atribuíam a elas (FAUSTO, 1992).

Na região que hoje conhecemos como Rio de Janeiro não havia ainda grandes movimentos colonizatórios por parte de Portugal, ou indícios de sedimentação urbana. A Coroa portuguesa manteve distintas administrações em seu espaço americano no início da ocupação e essa região passou longos anos sem receber grande atenção.

Como mencionei anteriormente, todo litoral da América era densamente povoado por grupos indígenas — alguns estudiosos estimam que eles somavam cerca de um milhão de indivíduos, de diversos grupos¹⁰. Infelizmente as informações sobre a diversidade dos grupos são limitadas às fontes que, em sua totalidade, foram produzidas pelos europeus. Outro exemplo desta limitação das fontes se dá na nomenclatura utilizada para identificação dos indígenas, esta é sempre difusa: nem sempre um grupo é distinguido da mesma maneira. Os franceses, por exemplo, chamam seus aliados de tupinambás, ou “nossos selvagens”, já a documentação lusa nomeia esses mesmos indígenas de tamoios. Os portugueses se referem aos seus aliados como tupis ou tupiniquins, ou apenas com o pronome possessivo. E, detalhe importante, não podemos esquecer que essas nomenclaturas são os nomes do colonizador, não necessariamente correspondendo às autodenominações.

Apesar da escassa historiografia sobre o evento, a Guerra dos Tamoios é rotineiramente tratada a partir de algumas premissas comuns a grande parte dos trabalhos historiográficos sobre o tema, algumas consagradas pela historiografia tradicional. Um elemento muito forte na construção dessa memória comum sobre o conflito começa a ser construído durante o romantismo brasileiro.

O século XIX brasileiro é marcado por dois movimentos que quero destacar aqui. Um primeiro relacionado à literatura, o romantismo, e um segundo relacionado ao processo de construção de um passado comum para a nova nação, capitaneado pelos esforços do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil — IHGB — na reunião de documentos das províncias do Império e escrita da história. Ambos os movimentos fazem parte de um processo de construção identitária e se relacionam de maneira particular com alguns eventos da história do Brasil e a Guerra dos Tamoios é um destes eventos. Exemplo disto é o poema épico de Gonçalves de Magalhães¹¹, publicado em meados do século XIX e que se tornou marco fundador de uma maneira de ver este conflito, qual seja a de uma união de indígenas que, aliando-se contra o colonizador europeu, preferiu morrer honrosamente em campo de batalha a tornar-se escravo na terra de seus ancestrais.

Também no XIX, Varnhagen publicou sua *História Geral do Brasil*, construindo outra narrativa possível para o conflito. Na visão do historiador, a Guerra dos Tamoios se insere em uma progressiva linha do tempo de ameaças externas com as quais a monarquia lusa teve de lidar no processo de imposição de sua hegemonia. As raízes e motivações do evento encontram-se,

portanto, não na experiência americana, mas em querelas europeias, onde as Coroas portuguesa e francesa assumem o sentido do enfrentamento. Esta construção nos coloca diante de nações europeias em conflitos apenas deslocados geograficamente, estando profundamente arraigados aos interesses monárquicos imperialistas. Possíveis sentidos e motivações americanas não são para Varnhagen uma questão, a participação indígena também não.

Em quanto porém Portugal se via a braços com grande numero de inimigos no littoral e mares da Ásia, muitos armadores da Bretanha e Normandia, já avesados á navegação das costas de Guiné e da Malagueta, passavam não só a alguns excessos de pirataria com os galeões que vinham da Índia, como a traficar nas terras descobertas por Cabote os Corte Reaes, e também ao Brazil, onde adquiriam quasi de graça gêneros que nos mercados europeos oblinham grandes valores, e os quaes lhes deviam produzir maiores vantagens do que aos contratadores portugueses; (...) As guerras da França não faziam diminuir o ardor e a actividade dos seus marítimos, estimulados por tantos lucros. Em 1516 haviam chegado a Portugal taes noticias de suas navegações ao Brazil, que elrei D. Manuel mandava por seus agentes representar contra ellas á corte de França ' E digamos desde já que tão poderosos se tinham feito alguns armadores, que nem o mesmo governo francez podia sujeital-os, e que Portugal, depois de haver exaurido na França, perante os tribunaes, os parlamentos e a própria coroa, todos os recursos do foro e da diplomacia, se viu obrigado a transigir e a negociar com os mais notáveis corsários¹².

O trecho acima correlaciona a invasão do território do Rio de Janeiro ao movimento contestatório dos corsários que, ao longo dos primeiros anos de ocupação das terras brasílicas, rebateram, na prática, a soberania marítima portuguesa. O autor coloca ainda que estes homens nem sempre agiam regidos por interesses próprios, mas também por vezes com o aval e o patrocínio de suas respectivas Coroas.

Apresentar a questão dos corsários e das ameaças externas — todas em um contínuo fluxo, bretões, normandos, franceses — não me parece suficiente para explicar a complexidade do emaranhado de fios e motivações que envolvem esta guerra em particular. Com isso estou também assumindo uma posição que trata a Guerra dos Tamoios partindo das particularidades que a envolvem e que destacam a experiência americana em lugar da europeia.

Ao narrar a ocupação da Guanabara, Varnhagen refere-se sempre aos franceses como um todo homogêneo. Acima, demonstra não apenas que a presença de navios franceses é muito anterior à expedição de Villegagnon, mas também busca argumentar que o problema dessa presença invasora e ameaçadora envolvia as cortes europeias em brigas jurídicas sobre a posse do território. Mais à frente em sua *História*, escreve sobre eles como sendo um grupo de força crescente, uma vez que “os Francezes appareciam no Brazil em maior força que nunca, e chegaram a estabelecer-se no Rio de Janeiro” (VANHARGEN, 1851, p. 220). Ao longo de sua narrativa sobre o conflito, o historiador escreve sobre portugueses e franceses — Mem de Sá e Villegagnon —, mas não menciona as alianças entre indígenas e europeus — elemento central do conflito a meu ver.

Também sócio do IHGB e convocado pelo próprio Imperador a escrever, Gonçalves de Magalhães coloca todo o foco de seu poema épico na aliança indígena, porém, não na aliança seiscentista entre tamoiós e franceses ou entre tupiniquins e portugueses e sim numa suposta união ampla de diversos grupos indígenas que teriam se coligado para expulsar os invasores de além-mar, notadamente os lusos na narrativa de Magalhães.

P'ra acabar co'os ataques reiterados
dos Lusos, confederam-se os Tamoyos
Bravos são os Tamoyos, e descendem
Da raça dos Tupís. Elles não erram
Sem tabas, nos sertões, como os terríveis
Ferozes Aimorés, raça tapuia
Natural, inspirada poesia
De todos os distingue, os ennobrece.
(...)
Já todos os guerreiros se apercebem
De tacapes e maças de páo-ferro
Arcos robustos, e emplumadas flechas
Aimbere, o forte aimbere, apregoados
Entre todos os fortes pela audácia
Com que se arroja ás feras e as suffoca
Aqui se mostra á frente dos Tamoyos¹³.

Existe, no momento da escrita do poema, uma disputa política atrelada à figura do indígena que se relaciona de maneira direta com a construção

identitária do país: qual figura representa o Brasil? E, em acordo com a escolha romântica, o indígena de Gonçalves de Magalhães é também essa figura mítica, progenitora de um Brasil livre de influências europeias, que rejeita a presença do colonizador luso.

Compreender a imagem do indígena construída no romantismo brasileiro é muito importante para uma percepção plena das imagens múltiplas construídas para a Guerra dos Tamoios. Este evento na historiografia é herdeiro direto dessa tradição fundada por Magalhães.

A Confederação dos Tamoyos, apesar de ser o exemplo claro da subordinação do discurso histórico ao literário, deixou sua marca no sistema cultural brasileiro em formação particularmente como obra “historiográfica”. Explico: se o poema tinha pequeno valor literário, e isso foi percebido *in actu* pelos espíritos mais apurados, pela própria maneira como foi concebido (e posteriormente defendido) acabou por dar redação definitiva ao que se entendeu ser um episódio da história nacional. Quantos não são os manuais de escola (de preferência os marxizantes, para não falar da historiografia mais conservadora) em que esta confederação dos índios, contra o inimigo invasor, não aparece como o exemplo da resistência organizada, e em grande escala, dos povos tupi? Todavia, e isto é fundamental, tal confederação, que, bem entendido, não nascera da imaginação exclusiva de Magalhães, *nunca existiu*, pelo menos enquanto realidade histórica discernível, ou como ‘concreto real’¹⁴.

Talvez pareça demasiado escrever que há uma relação entre essa figura romântica do indígena e uma visão que ainda hoje é veiculada do conflito, porém, quando visitamos alguns dos trabalhos recentes sobre a Guerra dos Tamoios, é ainda esta hipótese que é defendida.

O livro de Ailton Quintiliano, *Guerra dos Tamoios*¹⁵, foi publicado em 1965, ano em que se comemorou os 400 anos da cidade do Rio de Janeiro e foi reeditado em 2002 como parte das comemorações dos 500 anos do Brasil. Quintiliano é um jornalista e sua escolha narrativa não se afasta da visão heroica e romântica do papel do indígena no conflito. Para além disso, faz poucas referências à documentação seiscentista que poderia corroborar seus posicionamentos. Ainda assim, se propõe a ser uma obra de caráter educativo sobre o verdadeiro nascimento da cidade do Rio de Janeiro — em que pese o sentido e aspiração de verdade do autor, já então desconexo de perspectivas historiográficas vigentes. No prefácio de 2002, escrito pelo prefeito César

Maia, a obra é apresentada como imprescindível para a compreensão e o estudo da história brasileira e é, segundo ele, livro indispensável em todas as bibliotecas de escolas municipais. Na obra, a referência ao poema de Gonçalves de Magalhães e à tradição que ele fundou se presentifica desde a sua epígrafe. O heroísmo dos indígenas, que é apresentado logo na primeira página de sua introdução, é demonstrado por Quintiliano, pois “preferiram a morte honrosa no campo de batalha à vida, na terra de seus avós, como escravos do conquistador estrangeiro” (QUINTILIANO, 2003, p. 17), como cantam as últimas estrofes do poema de Magalhães.

Retornemos a Varnhagen, cuja escolha narrativa ignora a presença dos indígenas aliados de franceses e portugueses. Ao ignorar a presença indígena e as motivações destes grupos no conflito, Varnhagen nos deixa diante de uma imagem do conflito que envolve duas nações europeias em um outro continente. No momento dessa escrita, século XIX, não questionar as intencionalidades indígenas poderia até fazer sentido de acordo com o que se pensava da história, com aquilo que era considerado documento para o historiador, e também em certa harmonia com a imagem que se tinha do indígena do período. A escrita da história não se ocupava de personagens anônimas, estava voltada para o que havia de documentação oficial e toda documentação considerada válida deveria ser escrita. Não à toa, é também Varnhagen quem afirma que os indígenas são seres sem história, para os quais caberia apenas estudos antropológicos (VARNHAGEN, 1851, p. 30). Todavia, esse posicionamento não cabe mais. Não cabe nem ignorar os desejos dos nativos e nem mesmo atribuir-lhes motivações que não poderiam existir no século XVI, como a ideia de um ideal pátrio e da defesa de uma nação brasileira no caso do poema de Gonçalves de Magalhães e da obra de Quintiliano.

Estamos diante de duas linhas diferentes de pensamento, uma que romantizou o indígena e sua participação no conflito — ao extremo de despir o indígena quinhentista de sua historicidade e de suas particularidades culturais —, e outra que ignora sua presença na guerra que leva o nome da tribo tupi. Duas maneiras distintas de silenciar que se fizeram presentes na historiografia ao longo do tempo e que — até hoje — são sacramentadas em imaginários coletivos. Um exemplo de como as imagens que chegam a nós hoje, concernentes desta guerra, são herdeiras de tradições como esta pode ser encontrada no trabalho de Sérgio Buarque de Holanda. Sua *História Geral da Civilização Brasileira* aloca o evento da Guanabara francesa juntamente a outras ameaças externas, como pode ser aferido no índice da obra, num fluxo

contínuo e progressivo no qual encontramos a França Antártica, a invasão holandesa, a França Equinocial, etc.

Já se assinalou, em capítulo precedente que o início da colonização portuguesa do Brasil foi em grande parte determinado pelo empenho da coroa Lusitana em sustar a atividade dos entrelopos e corsários da Bretanha ou da Normandia, prejudiciais ao seu monopólio. Antecedendo tanto aos ingleses quanto aos holandeses em suas investidas sobre o nosso litoral, não se limitam eles, como os primeiros, à prática da pirataria e do contrabando. Em mais de uma ocasião, conseguem pôr pé firme na costa do Brasil, contando para isso com a fidelidade, que souberam captar, das tribos tupinambás, de sorte que pouco lhes faltou para nela se fixarem definitivamente¹⁶.

Sérgio Buarque de Holanda, a seu modo, atualiza a discussão de Varnhagen que centra a motivação dos eventos no polo europeu apesar de, diferente daquele, mencionar os indígenas. Também é interessante notar que o historiador atribui a presença alongada dos franceses no continente à incompetência de D. Duarte da Costa, antecessor de Mem de Sá. Porém, é importante ressaltar que a armada enviada pela Coroa só chegou ao continente americano sob o comando de Mem de Sá e que não encontrei registros de que o Monarca tenha se ocupado disso de outra maneira que não o envio de novo governador e pessoal cinco anos depois da ocupação. Ou seja, se evidencia uma interpretação tão colada às dinâmicas europeias que oculta as evidências das fontes. Observo que outro historiador, Vicente Tapajós, afirmou que Duarte da Costa chegou a pedir reforços em 1556, um ano após a sedimentação francesa no território, todavia, seu requerimento não obteve êxito. Segundo o autor, o monarca somente respondeu anos depois através do envio de novo Governador-Geral¹⁷. Passo agora ao movimento de desconstrução destas duas premissas através de investigação da documentação do século XVI, que fizeram-me vê-las como equivocadas.

III

A descoberta de terras do outro lado do oceano trouxe prestígio e alguma esperança de lucro para a Coroa portuguesa, todavia, a posse destes territórios não era algo incontestado para outros navegadores. Ao longo de todo

o século XVI a supremacia lusa foi colocada a prova por piratas, corsários, e pelas expedições a mando de outros monarcas europeus.

Durante um longo período a Guerra dos Tamoios — guerra de fundação da cidade do Rio de Janeiro — foi vista como um choque de projetos colonizadores distintos. De acordo com essa visão, portanto, coube à França o papel de desafiadora primeira da hegemonia lusa, e encontramos em Villegagnon a figura principal deste afronte. Todavia, o projeto luso para a América estava ainda longe de ser linear. Nem mesmo a ocupação completa e regular da costa havia começado em 1555, quando a esquadra francesa chegou à Guanabara. Tomé de Sousa chegara há pouco no continente e faltava-lhe ainda muito pessoal para dar conta de povoar e guardar a costa. Neste momento, o projeto luso está ainda se desenhando, portanto, a meu ver, o argumento de um embate de projetos colonizadores parece ficar enfraquecido.

Um primeiro ponto a ser analisado e ratifica a fragilidade da premissa é o de que a dita ameaça francesa é bem mais antiga do que a chegada de Villegagnon e para compreender de maneira ampla onde encaixa-se a Guerra dos Tamoios no contexto geral do século XVI, faz-se necessário ampliar a visão e trazer para discussão os anos anteriores ao evento.

Em 1531, uma das primeiras frotas em expedição de reconhecimento do território chegou a América, Pero de Lopes de Sousa — irmão de Martim Afonso de Sousa — capitaneou uma das naus. Esta expedição é também resposta da ameaça constante de corsários, segundo Vicente Tapajós¹⁸. Seu diário de viagem — que hoje pode ser encontrado na Biblioteca da Ajuda em Lisboa¹⁹ — contém algumas informações relevantes sobre o encontro e conflito com outra nau no trajeto para a América, demonstrando que apesar dos esforços portugueses em manter segredo de suas rotas e mapas, 30 anos depois da chegada primeira ao continente americano, o monopólio dos caminhos já não lhes pertencia por completo. Seguindo seu relato, o capitão afirma ainda que se tratava de nau francesa, vinha carregada de brasis e muito bem armada para guerra²⁰. O histórico de problemas com naus estrangeiras estava apenas no início.

Um ano depois, uma carta de D. João III responde à preocupação expressa pelo diário de Pero Lopes ao enviar a expedição Martim Afonso de Sousa e falar de seus planos para povoar toda a costa do Brasil, sem os detalhar muito. Ainda em 1532 Martim Afonso de Souza funda a Vila de São Vicente. Todavia, os problemas estavam longe de acabar, a ausência de regularidade e linearidade nas políticas de ocupação da terra garantiriam ainda a constante ameaça estrangeira. Ameaça esta que nem sempre é sistematizada

por diretrizes de Coroas inimigas de Portugal, mas, na maior parte das vezes, capitaneada por indivíduos particulares, mercenários, comerciantes, navegantes em geral que também desejavam conseguir parte da riqueza que o continente americano guardava. Ou seja, a localização de personagens e procedimentos não correspondem a um projeto coeso e organizado de Coroas.

Em 1548 novamente uma missiva, assinada por Luís Gois²¹, é enviada ao monarca dando conta da presença de franceses que já estavam se aproximando da Baía do Rio de Janeiro, o que significa uma proximidade perigosa com a costa. A preocupação de Luís de Góis, mais do que a presença opressora de naus estrangeiras na costa, era o perigo constante de uma sedimentação bélica caso decidissem em algum momento construir uma fortaleza em uma das ilhas da costa americana. Para além disso, a carta demonstra uma política de visitas sistemáticas, que foi intensificada ao longo dos anos. Demonstra, desta maneira, uma fragilidade na política de ocupação lusa, enquanto os franceses intensificam visitas — não necessariamente coordenadas pela Coroa francesa —, existem poucos colonos para dar conta de proteger a vasta costa diante da inconstância de interesses monárquicos na ocupação da terra.

Uma possível resposta do monarca veio através de Tomé de Souza, cerca de oito meses depois que a missiva de Luís de Góis zarpou para Lisboa, o governador geral deixa Portugal com um regimento do monarca que intensifica os esforços de ocupação e começa a normatizar e sistematizar o povoamento do Brasil. O documento demonstra o vasto conhecimento que a Coroa mantinha sobre o Novo Mundo, conhecimento referente aos territórios disponíveis e ocupados por indígenas, e também sobre as etnias indígenas que ocupavam a costa, bem como algumas das inimizades entre elas. O regimento apresenta objetivos e metas para a ocupação de parte do território. Também oferece passos práticos para uma manutenção de alianças pacíficas entre as tribos amigas dos portugueses, bem como aconselha Tomé de Sousa a recompensar os gentios responsáveis por ajudar a manutenção da paz na Bahia de Todos os Santos, deste modo, estes gentios poderiam voltar a ser requisitados quando outros conflitos estivessem em cena. Outra recomendação do monarca é a construção de fortalezas, reafirmando a intenção da coroa de manter seu domínio sobre o território e demonstrando, talvez, que o monarca não ignorou os apelos feitos por Luís de Góis. Ainda que em nenhum momento do regimento o tópico referente a ameaças externas seja mencionado.

A historiografia brasileira consagrou este momento como sendo um choque de propostas colonizadoras. Todavia, estamos diante de um plane-

jamento teórico ainda incipiente de ocupação do território que também será colocado a prova pela experiência americana. Para lermos o conflito desta maneira seria necessário que este projeto estivesse melhor delineado. A ideia de choque colonizador europeu fundada em Varnhagen mantém-se mesmo nos trabalhos mais recentes sobre o tema. Exemplar disto é o dossiê publicado em 2010 pela *Revista de História da USP* cujo tema era justamente o da França Antártica. O texto de Maria Fernanda Bicalho que cito faz parte deste dossiê.

Nesse sentido, a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro se fez sob o signo da disputa do território — e de suas riquezas — por portugueses e franceses, católicos e protestantes, estes últimos representados por homens e mulheres que projetaram suas vidas — e esperanças — na França Antártica. Esse trabalho tem como objetivo pensar de que forma a França Antártica se constituiu numa ameaça igualmente bifronte ao empenho colonizador português. Em outras palavras, de que maneira suas possíveis leituras pela historiografia, ou a leitura de diferentes conjuntos documentais podem iluminar e trazer ao centro do debate historiográfico questões fundamentais não só para a compreensão do processo de expansão ultramarina portuguesa, como a aliança entre Fé e Império, que a marcou profundamente, mas, principalmente, temas centrais para o entendimento da modernidade européia, ou seja, da história dos tempos modernos na Europa e no Atlântico-Sul²².

As premissas de Maria Fernanda Bicalho foram as minhas também por muito tempo. A ideia de que o projeto tinha sido apoiado por Henrique II e que um dos principais objetivos seria o de garantir uma parcela do mercado de especiarias — presente mais à frente no artigo (BICALHO, 2010, p. 32) — norteou meu primeiro contato com a documentação. Esta segunda premissa, de que a ameaça francesa se apresentava em duas frentes — religiosa e política — também me acompanhou ao longo das investigações que fiz. Aos poucos, no entanto, elas se tornaram incompletas para dizer do conflito, forçando-me um deslocamento no sentido de buscar novas significações para o mesmo²³.

Investigando a documentação quinhentista percebo que a maior ameaça ao império ultramarino português e ao processo de cristianização engendrado pelos jesuítas na América, neste momento, não estava localizada na presença francesa, ainda que também a incorporasse. Acredito e pre-

tendo demonstrar que a periculosidade do evento, bem como sua proporção — retratada pelos cronistas do lado de cá do oceano, como Nóbrega, Anchieta e Mem de Sá — se deve muito mais ao efetivo indígena envolvido do que propriamente a ameaça externa da coroa francesa.

Cabe investigar, portanto, a extensão da ameaça externa e se a presença de Villegagnon aqui representava um efetivo esforço da coroa francesa para ocupar a América ou se essa imagem é uma construção posterior à Guerra que tomou conta da Guanabara na segunda metade do século XVI. Cabe ainda refletir sobre o projeto português para o território, identificando como ele se apresentava. E por fim, refletir sobre o lugar do indígena neste conflito e como sua atuação transforma o tratamento que a coroa reservava para o espaço da Guanabara.

Apresentar a Guerra dos Tamoios como um embate de projetos colonizadores é — a meu ver — em primeiro lugar uma simplificação do processo, e uma outra maneira de silenciar dois povos indígenas, inimigos, agentes do conflito na Guanabara. Colocá-los na equação torna impossível ver esta guerra tão somente através dos seus agentes europeus. Deste modo poderíamos crer que ambos os lados acionaram os indígenas como bem lhes aprouveram, logo ignoramos as dinâmicas indígenas que impregnam as experiências americanas dos colonos e religiosos que se encontravam no Brasil.

Os indígenas aliados são os primeiros a servirem de força militar para os ensejos lusos. Essa iniciativa é antiga, como demonstra o próprio regimento de Tomé de Sousa. Ao instruir o governador para fazer uso da força indígena, o monarca nos permite especular, também, que os colonos que estavam no território eram insuficientes para a empreitada.

Pensando na administração espacial da colônia, acredito que a coroa tratava de maneira diferenciada os espaços da América que lhe pertenciam²⁴. Enquanto na Bahia há um crescente esforço de se fazer presente, assim como pouco mais abaixo no Espírito Santo e na Ilha de São Vicente, na costa do Rio de Janeiro, a presença da administração colonial do monarca é quase inexpressiva nos primeiros anos da colonização. Existe como intenção, mas não como ação.

(...) e por ser informado que a Bahia de todos os Santos é o lugar mais conveniente da costa do Brasil para se poder fazer a dita povoação e assento, assim pela disposição do porto e rios que nela entram, como pela bondade, abundância e saúde da terra, e por outros respeitos, hei por meu serviço que na dita Bahia se faça a dita povoação e assento, e

para isso vá uma armada com gente, artilharia, armas e munições e todo o mais que for necessário²⁵.

No Regimento, D. João III deixa claro que os tupinambás da costa há muito se levantavam contra os cristãos. Uma das soluções que o rei sugere para contornar o problema é o uso da força tupiniquim. O monarca deixa claro que é necessário expulsar os tupinambás para povoar a terra uma vez que “lhes fizeram muitos danos, e que ora estão ainda alevantados e fazem guerra, e que será muito serviço de Deus e meu serem lançados fora dessa terra, para se poder povoar”²⁶. Este processo pode começar na Bahia de Todos os Santos onde se concentram parte dos ataques, mas não deverá ficar encerrado lá. O Regimento apresenta que Tomé de Souza deverá eventualmente deixar seu posto na Bahia de Todos os Santos para visitar outras capitanias. É neste sentido que me refiro a uma intenção de ocupação que ainda não se concretizara na prática, por limitação de braços, por conta das investidas indígenas, por cálculo equivocado da situação no continente, inúmeros fatores que não podem ser contabilizados completamente.

Importante considerarmos que os usos do espaço determinam muito da intencionalidade e da posse exercida pela coroa. Existe uma interligação entre o espaço e as relações sociais que se formam naquele local. Assim, Ilmar Rohloff de Mattos define a *região colonial* não como um território geográfica ou cronologicamente definido, mas socialmente constituído.

(...) se a região possui localização espacial, este espaço já não se distingue tanto por suas características naturais, e sim por ser um espaço socialmente construído, da mesma forma que, se ela possui localização temporal, este tempo não se distingue por sua localização meramente cronológica, e sim como um determinado tempo histórico, o tempo da relação colonial. Desse modo, a delimitação espaço-temporal de uma região existe como materialização de limites dados a partir de relações que se estabelecem entre os agentes, isto é, a partir de relações sociais²⁷.

Mattos vê mais do que as implicações fronteiriças e geográficas de um determinado local e sua maneira de descrever a região colonial me parece precisa quando lidamos com um conflito como o da Guerra dos Tamoios, uma vez que, a meu ver, foram as relações entre os agentes envolvidos que transformaram o valor e a urgência do uso do espaço da Guanabara, não a relação entre franceses e lusos somente, sobretudo as relações ameaçadora de

tupinambás e inimigos franceses — que eram certamente mais escassos que o contingente guerreiro nativo.

A violência dos ameríndios aliada aos ensejos francos transforma a relação que os colonos portugueses mantinham com aquela região, por outro lado, seus próprios aliados — tupiniquins — alimentavam suas iras seculares contra os tupinambás tamoios. Os colonos ganhavam — juntamente com as alianças de amizade — a inimizade secular dos tupinambás. Exemplo desta transformação pode ser encontrado na missiva que o Padre Manuel da Nóbrega enviou ao infante D. Henrique, em 1560 (NOBREGA, 1988). Nesta carta, o jesuíta defende fortemente a criação de uma cidade na Guanabara, uma vez que destruir o forte não garante que novas invasões não ocorram. O contingente estrangeiro aliado aos indígenas inimigos dos lusos torna a situação muito mais grave em dois movimentos. Nesse sentido, concordo com Maria Fernanda Bicalho, trata-se de uma ameaça futura que é bifrontal, uma vez que inviabilizam a catequese e agravam as condições de sedimentação de colonos portugueses no território.

Outro elemento me faz crer que fora a relação dos colonos, aqui em solo americano, que mudou a maneira como a região da Guanabara era vista pela coroa, e não um embate de projetos colonizadores. A Guerra dos Tamoios é costumeiramente alocada com seu início em 1560 — ainda que a chegada de Villegagnon tenha se dado cinco anos antes — e seu término incerto, fica entre a primeira ou a segunda década do século XVII, com a expulsão definitiva dos franceses remanescentes e a destruição dos tamoios. Este período, ainda que seja relativamente curto, representa um momento de diversas sucessões monárquicas para ambas coroas europeias envolvidas. Quando me desloquei para pesquisar em arquivos franceses e portugueses, tinha o claro interesse de investigar as missivas régias de ambas as coroas, interesse que derivava do tratamento que a Guerra tem recebido dos historiadores ao longo dos últimos anos. O caráter de defesa do território, ligado à fundação do Rio de Janeiro, coloca a guerra como parte do movimento luso de ocupação e colonização do território, e parte de uma ofensiva francesa pelo mesmo território, como citei anteriormente os trabalhos de Bicalho e Varnhagen.

A análise de Maria Fernanda Bicalho, sobre a ocupação francesa nos trópicos, nos apresenta essa empreitada como um sério entrave, não apenas para a coroa, mas também para os jesuítas. Nisto consiste a ameaça bifrontal a que ela se refere. Foi também a discussão sobre essa ameaça que eu fui buscar nos acervos portugueses e franceses. O que se discutia em espaço europeu sobre essa questão? Cheguei ao Arquivo da Torre do Tombo na ex-

pectativa de encontrar as cartas trocadas entre o monarca e Mem de Sá. Surpreendi-me, no entanto, não com a multidão de missivas, mas com uma ausência no que dizia respeito à presença francesa na Guanabara. Vasculhei a coleção de cartas²⁸ e o corpo cronológico²⁹ e encontrei da parte do monarca um grande silêncio no que tangia este assunto. Ainda que houvesse outras cartas referentes ao Brasil, o tópico da invasão francesa não é mencionado. De fato, o período é marcado pela primazia de correspondências referentes às empreitadas asiáticas.

Na Biblioteca Nacional de Portugal eu tive acesso a obra de Gomes de Carvalho, *D. João III e os francezes*³⁰, que me mostrou um outro corpo documental disponível, as cartas trocadas entre o monarca e seus embaixadores em França. A partir dessa indicação, retornei ao Arquivo Nacional Torre do Tombo. Vasculhei a Coleção de São Vicente de Fora em busca da documentação diplomática da coroa. Nas cartas trocadas com Braz de Alvide, embaixador no período primeiro da ocupação o silêncio se manteve. Nenhuma linha, nem de um lado e nem do outro, sobre a presença francesa em terras lusas.

O silêncio por si só é intrigante, mas, quando somado aos outros indícios que investigava, comecei a delinear uma nova hipótese. Na primeira metade do século XVI não foram poucas as missivas que chegaram às mãos do Rei alertando sobre a presença de franceses próximos ao território luso na América³¹. Mas, certamente, estas cartas encontram poucos ecos nos fóruns europeus. Por que em sua correspondência diplomática com Brás de Alvide não há nenhuma menção das notícias que recebera sobre a ocupação de Villegagnon? Por que foram necessários cinco anos de sedimentação francesa para que Mem de Sá fosse enviado?

Pouca repercussão, pelo que pude investigar, talvez possa apontar para um outro caminho quando analisamos a importância e a magnitude deste evento no âmbito europeu. Acatamos as leituras dos primeiros que se debruçaram sobre o tema e colaram nas coroas europeias interesses e preocupações que justificaram as ações americanas, mas a consulta aos arquivos exigiu novas premissas: este evento talvez não seja tão importante para o processo colonizador como temos sido levados a crer pelas leituras históricas as quais temos acesso. Como a massa documental que dava cor e vida aos eventos foi substantivamente produzida na América, por homens que lidavam com aquele cotidiano, passei a supor que, talvez, sua importância estivesse atrelada ao território americano e não à Europa.

Ao longo dos dois anos primeiros da ocupação francesa, a documentação epistolar entre D. João III e Manuel de Melo Coutinho — embaixador

na França a partir de 1555 — não registra nenhuma menção do episódio. Era costume do rei indagar sobre a movimentação no porto, se havia alguma nau saindo em direção ao novo mundo³². Em 1554, por exemplo, o rei envia uma carta a Braz de Alvide — antecessor de Melo Coutinho — pedindo-lhe que verifique no porto a movimentação de corsários armados e navios carregados prestes a zarpar³³. Nenhuma outra menção, nem de um lado e nem de outro sobre a empreitada de Villegagnon. É mantido o silêncio sobre a empreitada, mas não há como saber se, em 1554, D. João III suspeitava da empreitada de Villegagnon ou se verificar o porto era uma ação rotineira. Independentemente disso, nenhuma ação é tomada.

Ao fim de 1557, com o falecimento de D. João III, D. Catarina assume como regente, mas nos anos seguintes também não houve nenhuma movimentação significativa para resolver a questão. Mem de Sá, quando enviado para América afim de assumir como vice-governador, tem como uma de suas missões expulsar os franceses, mas esta não é mencionada por ele de maneira que nos leve a crer que se tratava da mais importante de suas tarefas. Gomes de Carvalho acredita que os embaixadores de Portugal na França certamente teriam avisado ao rei se soubessem da empreitada e, se o fizeram, esta documentação se perdeu³⁴.

Mem de Sá é enviado à América para assumir o lugar de Duarte da Costa e chega em terras brasileiras em fins de 1558. A Armada de Bartholomeu de Vasconcelos que vem em socorro do Rio de Janeiro, por sua vez, só é enviada em meados de 1559. Os dois alvarás referentes a esse assunto podem ser visitados na Biblioteca da Ajuda³⁵. Todavia, nenhum dos dois faz menção aos franceses da Guanabara.

A partir da tomada do Forte, em 1560, após forte cerco de Mem de Sá, duas outras batalhas ganham espaço, de um lado os conflitos entre tupinambás e portugueses estão longe de verem seu fim, e do outro, a batalha dos colonos em pleitear junto ao monarca o envio de mais homens e também a necessidade da fundação de uma cidade no Rio de Janeiro. Neste momento, os relatos começam a tratar o conflito como sendo uma ameaça bifrontal ao Império português: opondo calvinistas e jesuítas, nas cartas dos padres da Companhia bem como franceses e portugueses, na documentação epistolar dos colonos.

Em 1560, Mem de Sá escreve duas missivas à regente D. Catarina, uma primeira que diz respeito ao território por ele visitado e a necessidade do envio de maior contingente de pessoas, bem como novas ordens aos capitães. A normatização do sistema parecia-lhe frágil.

Agora o vi quando corri a costa: porto seguro esta para se despouoar por causa do capitao: os ilheos, se lhe nao acudira, ouuerase de perder e ouueraõ de matar o capitão: No espirito Santo estão tres filhos de Vasco Fernandez Coutinho, moços sem barbas e todos são capitães; os de São Vicente estão casi aleuantados. Se V. A. quer o Brasil pouoavo he nece-sareo ter outra ordem nos capitaes como jaa escrevi³⁶.

Missivas como a de Mem de Sá e outras que mencionei compõe o quadro de uma política de ocupação ainda esparsa e inconstante. A recente expulsão dos franceses estimulou novos requerimentos feitos a coroa no sentido de rever o tipo de política ocupacional adotada para as terras do Brasil. A outra missiva de Mem de Sá, no mesmo ano, trata de maneira mais específica da tomada do Forte Coligny no Rio de Janeiro. Cito apenas o parágrafo final.

Polo que me parece muito serviço de V. A. mandar pouoar este Rio de Janeiro para segurança de todo Brasil e desttoutros maos pensamētos porque se os franceses o tornaraõ a povoar ei medo que seja verdade o que o Vila ganhaõ dizia que todo o poder d'Espanha nem do gram turco o poderaa tomar". Ele leva muito deferente ordem co gentio do que nos levamos: he liberal em extremo cõ eles, e fazkhes muita justiça: eforca os franceses por culpas sem processos: cõ isto hee muito timido dos seus e amado do gentio: o gentio hee muito e dos maes valentes da costa: em pouco tempo se podia fazer muito forte³⁷.

Mem de Sá menciona nesta carta o medo de que os franceses voltassem a povoar o Brasil, e alerta a coroa de que povoar o Rio de Janeiro é imprescindível para a segurança de todo o território. O governador aloca a força dos franceses justamente nas alianças entre indígenas e franceses. Esse elemento é muito importante neste trabalho. Mem de Sá não é o único que faz menção a esta ligação, Brás Cubas, dois anos depois, menciona também estas alianças.

Mamde vossa alteza olhar por esta terra he mamde prover de polvora de bombarda e d'espingarda e pelouros e chumbo e bombardeiros porque tem muita necessidade diso e com brevedade porque he muito a meude combatida dos comtrayros he tenho grande arreceo que perqua se Vossa Alteza a não prove logio e não manda povoar o Rio de Janeiro porque nam aja franceses que favoreçãi estes contrairos que são muito nosos vizinhos porque os framceses lhe dão muitas armas de foguo e

muita pólvora com que lhes dão muito hanimo pera cometerem o que quiserem como fazem³⁸.

Ambas as missivas fazem menção ao tipo de tratamento que os franceses reservam aos indígenas e como com isso conseguem usar a seu favor a força guerreira dos contrários aos portugueses. As dinâmicas indígenas influenciaram a experiência americana e a maneira como a guerra foi retratada na documentação dos colonos e também na documentação jesuítica. Tanto Nóbrega quanto Anchieta entraram na querela pela fundação da cidade do Rio de Janeiro e carregaram nas tintas para expressar o perigo que o francês ofereceria no âmbito da teologia. A França Antártica dos jesuítas é *stricto sensu* calvinista.

Por outro lado, Mem de Sá fez questão de exagerar em seu relato o número de franceses encontrados junto aos indígenas no Forte e em terra³⁹, demonstrando a pequenez de seu exército e o despreparo dos soldados fossem estes lusos ou tupiniquins. O quadro que ele apresenta é um quadro muito mais perigoso do que o entrecruzamento da documentação nos exhibe. A França Antártica de Mem de Sá é sobretudo a força de uma Coroa aliada ao vigor guerreiro indígena. Esta França Antártica é uma ameaça multiplicada para os lusos, uma vez que interliga ameaças internas — como a guerra contra os indígenas — e as externas.

Ao fim e ao cabo, esta documentação faz parte de uma resposta dos colonizadores a uma experiência americana, experiência esta que fará com que a coroa modifique em parte o planejamento de ocupação. Tanto os jesuítas como homens como Mem de Sá estão interessados em manter o controle do território em nome da coroa, não há dúvida quanto a isso, todavia, é importante perceber as nuances de seu relacionamento, ainda que defendam a Coroa, não a representam em todos os seus interesses e por vezes pressionam o monarca para que este aceite seus termos. Estes colonos americanos — também colonizadores — são forçados a lidar todos os dias com as particularidades impostas pelas situações americanas.

Havia algo do lado de cá do oceano que se tornara uma ameaça muito maior do que a própria invasão dos franceses, este medo é expresso em missivas como as de Mem de Sá e Brás Cubas, medo não do francês sozinho, corsário, com interesses particulares e financiado por meia dúzia de patronos. Medo real do que a aliança destes franceses com os tamoios representava. É o elemento indígena que muda a maneira como os eventos da Guanabara são vistos, é o medo de uma França Antártica que é também indígena, sobretudo, tamoio.

Notas

1 Este capítulo é uma versão reduzida do primeiro capítulo da minha dissertação de mestrado: ALENCAR, Agnes. **Tamoios contra tupiniquins**. Guerras Americanas, medos europeus. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, dissertação de mestrado, 2014. Disponível em: http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1312296_2015_completo.pdf. Acesso em: 20/05/2017.

2 LATOUR, Bruno. "Irreductions" in: **The Pasteurization of France**. Chicago: Harvard University Press, 1993.

3 LÉRY, Jean de. **Histoire d'un Voyage fait en la terre du Brésil [1578]**. Paris: Librairie Generale Française, 1994. O relato ao qual me refiro se encontra nas páginas 347-348 desta versão.

4 Ver: THEVET, André. **Cosmographie Universelle d'André Thevet, Cosmographe du Roy**. Paris: G. Chaudière, 1575. Disponível em: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb31454037j> (Vol 1) e <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb31454037j> (vol 2). Acesso em: 29/06/2013 e THEVET, André. **Le Brésil d'André Thevet**: Les singularités de la France Antartique [1557]. Paris: Chandeigne, 2011.

5 Para maiores informações sobre o tema cabe ler os seguintes autores: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; OLIVEIRA, João Pacheco de. "Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica". In: FRAGOSO, João e GOUVEA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Brasil Colonial**: 1443-1580. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

6 Idem, p. 384.

7 Ver: FERNANDES, Florestan. **A função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá**. São Paulo: Editora Globo, 2006.

8 Ao me aproximar da guerra indígena, me interessei menos por suas categorias ontológicas que por suas implicações históricas nas experiências americanas. Para fazer esse tipo de análise, me apoio em forte interlocução com trabalhos como os de João Pacheco, Elisa Frühalf e Eliane Fleck; OLIVEIRA, João Pacheco de. "Os indígenas

na fundação da colônia: uma abordagem crítica". In: FRAGOSO, João e GOUVEA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Brasil Colonial**: 1443-1580. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014; GARCIA, Elisa Frühalf. "Trocas, Guerras e Alianças na formação da sociedade colonial". In: FRAGOSO, João e GOUVEA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Brasil Colonial**: 1443-1580. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014 e FLECK, Eliane Cristina Deckmann. "Estados de paz e estados de guerra — negociação e conflito na América Portuguesa (séculos XVI e XVII)". In: **Projeto História** (PUC-SP), São Paulo, SP, v. 31, n. dez /2005, pp. 313-335.

9 FAUSTO, Carlos. "Da inimizade: forma e simbolismo da guerra indígena". In: NOVAES, Adauto (Org.). **A outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 252.

10 Para maiores informações ver: FAUSTO, Carlos. "Fragmentos de História e Cultura Tupinambá: da etimologia como instrumento crítico de conhecimento etnohistórico". In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

11 Ver: MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. "Canto II". In: **A Confederação dos Tamoios**: edição fac-similar seguida da polêmica sobre o poema [1856]. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

12 VARNHAGEN, Adolf. **História Geral do Brasil**. Madrid: Imprensa da V. Dominguez, 1851, p. 57.

13 MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. "Canto II". In: **A Confederação dos Tamoios**: edição fac-similar seguida da polêmica sobre o poema [1856]. Curitiba: Editora UFPR, 2007, pp. 34-35.

14 PUNTONI, Pedro. "A Confederação dos Tamoios de Gonçalves de Magalhães: a poética da história e a historiografia do Império". In: **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 45, 1997, p. 124.

15 QUINTILIANO, Aylton. **A Guerra dos Tamoios** [1965]. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

16 BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. "Franceses, Holandeses e Ingleses no Brasil Quinhentista". In: **História Geral da Civilização Brasil**: Do descobrimento à Expansão Colonial. V. 1, São Paulo: Bertrand

Brasil, 1997, p. 165.

17 Ver: TAPAJÓS, Vicente. **História**

Administrativa do Brasil II: A Política
Administrativa de D. João III. Brasília:
Editora UNB, 1983.

18 Idem.

19 SOUZA, Pero. **Diário de navegação**.

Código: 51, V. 35. [Biblioteca da Ajuda,
Lisboa]

20 Ver: Idem, Sexta folha do relato.

21 Ver: Carta de Luís de Góis representando
ao rei a precisão que a vila de santos,
costa do brasil e mais capitanias tinham
de socorro pelo perigo e receio que havia
dos franceses. 12/03/1548. ANTT, **Corpo**
Cronológico, Parte I, Maço 80, documento
110.

22 BICALHO, Maria Fernanda. "A França
Antártica, o corso, a conquista e a 'peçonha
luterana'". In: **História**, São Paulo, 27 (1):
2008, p. 31.

23 O apoio do monarca não pode ser
confirmado por completo. Villegagnon
contou com difusos e diversos apoiadores.
Sua relação com esses financiadores era
fluída e bastante delicada. Trato o
tema de maneira mais alargada em minha
dissertação. Para maiores informações
sobre o tema cabe ainda investigar:
OSWARD, Christina. **Entre os Tupinambá:**
a gesta francesa na Guanabara. Tese de
Doutorado, Museu Nacional, PPGAS, 2009
e GAFFAREL, Paul. **Histoire du Brésil**
Français au Seizième Siècle. Paris:
Maisonneuve et Cia, Librairies-Éditeurs,
1878.

24 Ver: MATTOS, Ilmar Rohloff. "A Moeda
Colonial". In: **O Tempo Saquarema**. São
Paulo: Editora Hucitec, 2004.

25 **Regimento que levou Tomé de**
Souza governador do Brasil, Almerim,
17/12/1548. Lisboa, AHU, código 112, fls.
1-9, p. 01. Disponível em: http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/1.3_Regimento_que_levou_Tom_de_Souza_0.pdf. Último acesso em: 03/04/2014

26 Idem.

27 MATTOS, Ilmar, Rohloff. "A Moeda
Colonial". In: **O Tempo Saquarema**. São
Paulo: Editora Hucitec, 2004, p. 36.

28 Coleção de Cartas Núcleo antigo,
878, 889, 880, 881 (ANTT, Microfilmado).
Vasculhei a documentação entre os anos de
1530-1650.

29 Este acervo hoje está disponibilizado
online em sua quase totalidade.

Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3767258>. Último acesso em:
06/04/2014

30 GOMES DE CARVALHO, M. E. D. **João III**
e os Franceses. Lisboa: Livraria Classica
Editora de A. M. Texeira & Cta, 1909.

31 Carta de Francisco Porto Carreiro ao Rei
D. João III [1556] (Gavetas, 20, 5, Doc. 40);
Carta de Francisco Porto Carreiro ao Rei D.
João III [1555] (Corpo Cronológico, Maço
95. Doc. 46); Carta de Tomé de Sousa ao
Rei D. João III [1551] (Corpo Cronológico,
Maço 86. Doc. 96); Carta de Pedro Góis a D.
João III [1551] (Corpo Cronológico, Maço 92.
Doc. 113) e Carta de Luís de Góis a D. João III
[1548] (Corpo Cronológico, Maço 80. Doc.
110).

32 Toda documentação diplomática do
período pode ser recuperada na Coleção
de S. Vicente de Fora que está no Arquivo
Nacional da Torre do Tombo. O período
em questão encontra-se, sobretudo, nos
volumes 3 e 4.

33 Ver: Carta de elRey a Braz de Alvide em
1554. ANTT, Coleção São Vicente de Fora,
Livro 4, Fol 177.

34 Ver: GOMES DE CARVALHO, M. E. D. **João**
III e os Francezes. Lisboa: Livraria Clássica
Editora de A. M. Texeira, 1909 [Sobretudo
Capítulo VII].

35 Biblioteca da Ajuda, código 51, VI-41, fl
71 (Frente e Verso).

36 Carta de Mem de Sá a Regente D.
Catarina, 1560 [Março]. ANTT, Corpo
Cronológico, Parte 1, Maço 104.

37 Carta de Mem de Sá a Regente D.
Catarina, 1560 [Junho]. ANTT, Gavetas,
Maço 10. Doc. 9.

38 Carta de Brás Cubas a D. Sebastião, Abril
de 1560. ANTT, Gavetas II, Maço 6, doc. 22.

39 Sobre esse tema conferir a tese de
Christina Oswald, já citada.

Referências Bibliográficas

ALENCAR, Agnes. **Tamoios contra tu-**
piniquins. Guerras Americanas, medos
europeus. Dissertação de Mestrado. Rio de
Janeiro: Programa de Pós-Graduação em
História Social da Cultura, 2014. Disponível
em: <http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/>

- tesesabertas/1312296_2015_completo.pdf. Último acesso em: 01/07/2017
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de e CUNHA, Manuela Carneiro. "Vingança e temporalidade: os tupinambá". In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com Aspas**. São Paulo: CosacNaify, 2009.
- BICALHO, Maria Fernanda B. "A França Antártica, o corso, a conquista e a 'peçonha luterana'". In: **História**. São Paulo, 27 (1), 2008.
- COHN, Clarice e SZTUTMAN, Renato. "O visível e o invisível na Guerra ameríndia". In: **Sexta-Feira**, Vol. 7. São Paulo: Editora 34, 2003, p. A46.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- FABIAN, Johannes. **O Tempo e o outro**: como a antropologia estabelece seu objeto. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.
- FAUSTO, Carlos. "Da inimizade: forma e simbolismo da guerra indígena" In: NOVAES, Adauto (Org.). **A outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 252.
- _____. **Inimigos Fieis**: História, guerra e xamanismo na Amazônia. São Paulo: Edusp, 2001.
- _____. "Fragmentos de História e Cultura Tupinambá: da etimologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico". In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos. **Futuros Outros**: homens e espaços Aldeamentos Jesuíticos e a colonização da América portuguesa. Rio de Janeiro: Contracapa, 2015.
- FERNANDES, Florestan. **A função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá**. São Paulo: Editora Globo, 2006.
- FLECK, Eliane Cristina Deckmann. "Estados de paz e estados de guerra — negociação e conflito na América Portuguesa (séculos XVI e XVII)". In: **Projeto História** (PUC-SP), São Paulo, SP, v. 31, n. dez/2005, pp. 313-335.
- GOUVEA, Maria de Fátima (Org.). **O Brasil Colonial: 1443-1580**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- GARCIA, Elisa Frühlalf. "Trocas, Guerras e Alianças na formação da sociedade colonial". In: FRAGOSO, João e GOUVEA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Brasil Colonial: 1443-1580**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- LEITE, Serafim (SJ.) (Org.). **Cartas Jesuíticas**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1988, v. 1, 2 e 3.
- LEITE, Serafim (SJ.) (Org.). **Cartas do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia / São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- LÉRY, Jean de. **Histoire d'un voyage fait en la terre de Brésil**. Paris: Livre de Poche, 1994.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. "Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica". In: FRAGOSO, João e GOUVEA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Brasil Colonial: 1443-1580**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- OSWARD, Christina. **Entre os Tupinambá: a gesta francesa na guanabara**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Museu Nacional, PPGAS, 2009.
- THEVET, André. **Cosmographie Universelle d'André Thevet, Cosmographe du Roy**. Paris: G. Chaudière, 1575. Disponível em: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb31454037j> (Vol 1) e <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb31454037j> (vol 2). Acesso em 29/06/2013.
- THEVET, André. **Le Brésil d'André Thevet**: Les singularités de la France Antartique [1557]. Paris: Chandeigne, 2011.

Recebido em 25/05/2017

Aprovado em 30/05/2017